



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1975
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Wilson Fortes. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a Vossa Excelência a inserção em Ata dos trabalhos de hoje realizados por esta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VASCO OTÁVIO DE ANDRADE, ocorrido hoje, em acidente automobilístico.

Pessoa largamente estimada nesta Capital, em razão de seus dotes pessoais e também pelos serviços prestados ao INPS. O Senhor VASCO OTÁVIO DE ANDRADE deixa uma lacuna no seio da comunidade em que viveu.

Outrossim, aprovado o presente, solicito seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1975.

a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída

uma Comissão Especial, composta de quatro (4) membros, para representar esta Casa, nos festejos comemorativos ao XXVIII aniversário da Cidade de Maringá, que se dará nos dias 9, 10 e 11 do mês em curso, cujo programa já é de conhecimento dos Senhores Deputados, conforme convites individualizados.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 10 de maio de 1947, a cidade foi projetada para 200.000 habitantes; ao atingir seu 28º aniversário já alcançou esta previsão. Pela sua expressão econômica e demográfica, Maringá, é hoje a terceira cidade do Estado do Paraná, destacando-se como a principal cidade de desenvolvimento do interior do Estado.

Maringá é conhecida como "cidade verde", por possuir, além de 126.000 árvores plantadas ao longo das ruas e avenidas e cortada por dois bosques de aproximadamente 17 alqueires paulistas cada, alcançando a expressiva cifra de 10 m² de área verde por habitante.

Tem a homenageada Maringá, vários pontos turísticos, que podemos destacar:

- 1 — Museu do Desbravador;
- 2 — Catedral Nossa Senhora da Glória;
- 3 — Parque do Ingá;
- 4 — Horto Florestal;
- 5 — Cidade Universitária;
- 6 — Parque Exposição "Presidente Médici";
- 7 — Centro Esportivo Regional;
- 8 — Centro Esportivo "Jardim Alvorada";

Clubes Sociais:

- 9 — Maringá Clube;
- 10 — Clube Olímpico de Maringá;
- 11 — Country Club;
- 12 — Clube Hípico de Maringá;
- 13 — Centro Português;
- 14 — Clube Teuto Brasileiro.

Justifica-se, portanto, a formação de uma Comissão para representar esta Casa nas referidas solenidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Jayme Canet Júnior, Governador do Estado e ao Professor Paulo Nogueira Neto, Superintendente da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior, o seguinte apelo:

Quem percorre o Paraná, mesmo sem maior critério, se surpreende diante do crescente desmatamento e destruição da flora e da fauna locais. A propósito, espetacular é a erosão do Noroeste. Uma desolação de aparente descaso, imprudência e até incompetência.

Fauna e flora reagem de maneira diversa. A primeira sente a mudança, mas não chega a se extinguir — emigra em parte. Já a flora vai perdendo seus exemplares, até desaparecer por completo. Quanto à poluição industrial, já em outras áreas e de abordagem diversa, é de cura quase impossível.

Urge se pesquise o uso do solo e a preservação do meio ambiente no Estado, com vistas à organização de um plano, que

chamaríamos de "diretor", pois a gravidade do assunto é absoluta. Quero crer haja soluções saneadoras, tanto na área da engenharia, quanto na área da biologia, que permitam a volta parcial de uma zona ecológica ao seu natural. Diante da desolação, elementos que naturalmente proliferam, tornaram-se insubstituíveis. Ninguém plantara uma peroba para um resultado daqui 200 anos. Cuida-se, contudo, e no mínimo, de distarçá-la. Efetivamente a alentadora prática do reflorestamento, economicamente viável, vem-se processando em substituição ecológica um tanto capenga, mas já experimental — o que é um passo à frente. Mas, mesmo inexistindo soluções saneadoras, salvemos o que resta e onde os "graus de estrago" são ainda limitados.

É prioritário que demos, — pelo menos tentemos — soluções à permanência de comunidades ecológicas. Identifiquemos regiões e o seu uso. Orientemos um meio de uso do ambiente para verificação dos tipos de controle apropriados. Um projeto de plano diretor a estabelecer normas que possam ser utilizadas ou por uma fundação estadual do meio ambiente ou por vários órgãos específicos estaduais e/ou federais, num trabalho setorial, mas unificado. Seria de se identificar regiões caracteristicamente industriais, agrícolas, residenciais, de turismo (onde se incluiriam áreas de reserva biológica, como propusemos, faz pouco, a Ilha do Mel) etc.

Qualquer pesquisa demanda levantamentos e estudos profundos. E os dados obtidos, trabalho custoso e intenso.

Daqui apelo ao Senhor Governador do Estado e às autoridades federais, relevantemente à Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior que, de posse de farto material humano e tecnológico, podem encaminhar esta contribuição à busca de soluções mais concretas a um problema de fundamental importância nos dias que correm.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Esta Casa, por ser, em verdade, uma autêntica síntese da alma de nossa gente, de suas tradições e dos seus anseios, de suas felicidades e de suas tristezas, colhe, a cada evento que se verifica na comunidade, o reflexo dos fatos que incidem sobre ela.

Assim, se o júbilo tem ressoado neste Poder Legislativo, também os acontecimentos infaustos tem motivado a consternação geral.

É o fato de agora.

A nossa sociedade se viu privada, pelo falecimento da Sra. Francisca Bertolini Carazzi, de uma de suas mais expressivas figuras. Dama de realce, a dignidade de seu espírito bem formado, enriquecido pela benemerência que aureolou sua vida, fez, em cada momento de sua existência, uma afirmação do melhor exemplo da mulher de nossa terra.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Bertolini Carazzai.

Outrossim, requer mais que, aprovado, se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor do presente, à Família da Sra. Francisca Bertolini Carazzai, na pessoa de seu filho, o eminente ex-Deputado Dr. Emílio Carazzai.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1975.

a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental,

após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o início da construção do Ginásio Estadual com 8 salas de alvenaria, na sede do distrito de Cafezal, município de Iporã.

A referida construção, foi promessa na ocasião de campanha política, de sua Exma., ao povo de Cafezal.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e anuência do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade estadual, através da parte competente, providencie, com urgência, a conservação, pelo encascalhamento e patrolamento, das estradas que servem ao Município de Ivaí.

Bom Jardim do Sul, Saltinho, São Roque, Cachoeirinha, Rio dos Índios, Chapada, Água Parada, Linha São João e muitos outros, Sr. Presidente, são os Distritos do citado município que, praticamente estão ilhados, entre si, pela falta de estradas.

A situação das referidas vias, pode-se já considerar como de calamidade pública, e, o município de Ivaí, através de seu Poder Executivo, não possui qualquer condição de manter as referidas estradas em condição de rolamento.

O atendimento por parte do Poder Executivo Estadual, da medida em tela presente, viria sanar esta irregularidade, não permitindo a solução de continuidade para o escoamento das safras de feijão e outros produtos agrícolas, produtos estes, vitais para, a economia do município.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a V. Exa. que ouvido o plenário, seja enviado expedito ao Diretor Geral da Funrural, Sr. Mariano Silveira Soares, para construção de um Hospital na cidade de Palmeira que possibilite a assistência médica-hospitalar aos trabalhadores rurais, vinculados à referida instituição previdenciária.

O Expediente se justifica, tendo em vista a extinção de convênio desse Instituto com o Hospital de Palmeira, o que está causando sérios transtornos aos lavradores, seus associados que agora se vêem privados da assistência a que tem direito.

É oportuno salientar a disposição do Prefeito do Município de Palmeira, no sentido de colaborar para a solução do problema, que inevitavelmente trará repercussão social, capaz de intranquilizar a classe, em doar a área de terra necessária para a instalação dessa unidade hospitalar, segundo contato que mantivemos com aquela autoridade municipal.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1975.

a) LINEU TURRA.

E M E N D A

À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Art. 1º — Inclua-se ao artigo 22 da Constituição Estadual, mais um inciso, com a seguinte redação:

XVI — Aprovar previamente, por votação secreta a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, bem como de outros servidores, quando determinado em Lei.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1975.

aa) Trajano Bastos
Deni Schwartz
Lúcio Machado
Antônio Facci
Lineu Turra
Del Ciel
Otássio Pereira
Hélio Manfrinato
Domício Scaramella
Alfredo Gulin
Nilso Sguarezi
Ernesto Dal'Oglio
Enéas Faria
Edilson Alencar
Osvaldo Macedo
Waldenício Barbalho
Nelson Buffara
Jayme Rodrigues de Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Entendendo que a indicação pelo Governador, dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, se constitui em um ato administrativo, o qual, portanto necessita do "referendum" do Poder Legislativo, medida essa que propomos através da presente emenda à Constituição do Estado do Paraná.

Entendo também que o Poder Legislativo necessita participar mais diretamente em assuntos que até então, estão centralizados na competência do Executivo, o que de certa forma vem restringindo as atribuições do Legislador.

A medida ora proposta, já constitui prática legislativa em outros Estados Brasileiros, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde encontramos no art. 27 — inciso XII, a seguinte redação:

" e Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, bem como de outros servidores, quando determinado em lei;"

aa) TRAJANO BASTOS.

PROJETO DE LEI nº 55/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado " PROFESSOR BENTO

MUNHOZ DA ROCHA NETTO " o atual Grupo Escolar do Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente plano de Lei, prestar mais uma homenagem ao ilustre homem público, que foi Bento Munhoz da Rocha Netto.

A cidade de Paranaguá, onde Bento Munhoz da Rocha Netto nasceu e viveu por muitos anos, deve muito de seu desenvolvimento a esse preclaro paranaense, quer como Governador do Estado, quer como Ministro da Agricultura e outros cargos relevantes que ocupou, sempre dedicou atenção toda especial a essa cidade, graças ao que, hoje Paranaguá ocupa lugar de destaque dentre as demais comunidades do Paraná.

Esses os motivos principais que nos levam à iniciativa da presente proposição, que por certo merecerá a aprovação unânime desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero a chamada dos Srs. Deputados para verificação do quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

A Presidência registra, com satisfação, a presença em plenário, do Sr. Agostinho Vicenzi, Prefeito Municipal de Iporã.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, neste instante, dirigindo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, por intermédio desta augusta Casa, um memorial dos Srs. Prefeitos componentes da micro-região do Norte pioneiro.

(Lê requerimento):

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer à V. Exa. que, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado o memorial anexo, subscrito pelos Prefeitos e representantes dos Municípios que constituem o chamado Norte Pioneiro, memorial esse que consubstancia Resolução aprovada unanimemente pela Associação dos municípios da Região Norte Pioneiro, na cidade de Jaguariaíva, no dia 05 de maio do corrente ano, e pelo qual se reivindica para Santo Antonio da Platina a sede de uma Delegacia de Ensino, por ser esta cidade que, por sua situação geográfica

em relação a todos os municípios, melhor atende aos interesses da micro-região.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Trajano Bastos, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem se constituído em preocupação nacional o problema que diz respeito às sociedades de economia mista de todo o Brasil.

No início desta legislatura, tivemos a oportunidade de apresentar a esta Casa um projeto de lei que pretende instituir a fiscalização dessas companhias através da Assembléia Legislativa e com o assessoramento do Tribunal de Contas do Estado.

Posteriormente, deu entrada nesta Casa o projeto de autoria do Deputado Domício Scaramella que pretende seja extinto dos Estatutos das Companhias de Economia Mista a participação do lucro de seus Diretores nos dividendos daquelas entidades.

Venho à Tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para propor uma emenda à Constituição do Estado do Paraná, que tem a seguinte redação: (Lê) "Art. 1º — Inclua-se no artigo 22 da Constituição Estadual, mais um inciso, com a seguinte redação:

XVI — Aprovar previamente, por votação secreta, a indicação dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, bem como de outros servidores, quando determinado em lei.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário."

Encaminhamos essa proposição, Sr. Presidente, porque entendemos que "a indicação pelo Governador, dos Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, se constitui em um ato administrativo, o qual, portanto necessita do "referendum" do Poder Legislativo, medida essa que propomos através da presente emenda à Constituição do Estado do Paraná.

Entendemos também que o Poder Legislativo necessita participar mais diretamente em assuntos que até então estão centralizados na competência do Executivo, o que de certa forma vem restringindo as atribuições do Legislador.

A medida ora proposta, já constitui prática legislativa em outros Estados brasileiros, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde encontramos no art. 27 — inciso XII, a seguinte redação:

..... e Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, bem como de outros servidores, quando determinado em lei.

A Legislação brasileira tem sentido, através da vigência de Atos Institucionais, que paulatinamente o Poder Legislativo vem perdendo seu poder de atuação e influência e, conseqüentemente vem vendo diminuída a área de sua competência no que diz respeito a suas atribuições nos assuntos dos Estados.

Quer nos parecer que esta emenda, se aprovada por esta colenda Casa, estenderá, sem dúvida alguma, a competência do Poder Legislativo para que participe também na escolha e indicação do Presidente e Diretores de Sociedades de Economia Mista existentes no Paraná.

Parece-nos Sr. Presidente, que esse argumento com o qual se pretende estender a atribuição do Legislador, seria suficiente para justificar nossa proposição. No entanto, durante a tramitação e discussão desta emenda em plenário, iremos argumentar mais profundamente essa nossa proposição.

Encaminho a V. Exa. Sr. Presidente, esta proposição de emenda à Constituição do Estado, com 19 assinaturas, estando desta forma apoiada legalmente, conforme prevê nossa Constituição e o Regimento Interno. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O artigo 17 da Lei nº 6.212, de 09 de agosto de 1971, diz o seguinte: "Para todos os efeitos legais as quotas e demais vantagens atribuídas a título de prêmio de produtividade a que se referem os artigos 6º, 7º, 8º e 12º desta lei, serão integrados nos cálculos de proventos de aposentadoria do servidor fiscal, desde que haja exercido função fisco-arrecadadora no Departamento de Rendas Internas por período não inferior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não."

Por outro lado, o artigo 13, do mesmo diploma legal, assim se expressa: "os valores das quotas e da remuneração de que tratam os artigos 6, 7, 8 e 12, serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos dos funcionários público civil do Estado".

(Lendo): "Porém, ao arrepio do principio e equidade, funcionários do Departamento de Rendas Internas, em número de 31 (trinta e um) aposentados sob a égide do artigo 17 da já citada Lei 6.212/71, foram olvidos pelos Decretos nºs. 6.533 e 6.534, de 19 de fevereiro de 1975, de vez que, estes Diplomas legais silenciaram ao que diz respeito às vantagens (prêmio de produtividade e 2/3 dos Vencimentos), que na aposentadoria passaram a integrar aos respectivos, de inatividade, segundo os termos do artigo 17 acima transcrito.

Esses velhos servidores aguardaram confiantes a completação temporal de 35 (trinta e cinco) anos de serviço para angariarem aposentadorias razoável. Mourejaram em todos os quadrantes do Estado, ora nas estradas, na difícil missão de coibir a sonegação dos tributos, era habitando toscos casebres que juncam nossas fronteiras, como Postos Fiscais.

Há de se considerar que a função fiscal é árdua, desgastante e concutiva quer orgânica, como mentalmente, sem se desprezar a enorme responsabilidade moral e profissional que a circunda e, a qual deve ser defendida e resguardada diuturnamente, para a sobrevivência independente da própria classe, a fim de que se mantenha altaneira e livre de injunções cerceadoras — porque a fiscalização como "classe" não tem e nem deve ter compromissos e nem envolvimento que lhes tolham as suas liberdades e as quais imperativamente gravitação em torno dos legítimos interesses, tanto do contribuinte, como da própria administração.

Se essa situação de marginalização vier a persistir, não será difícil afirmar-se, que o funcionário beneficiário das vantagens da Lei 6.212/71, somente será aposentado compulsoriamente, isto é aos sessenta, digo setenta anos de idade.

Em ocorrendo qualquer dessas hipóteses, em que o serviço refoge da rotina burocrática, passando a exigir maior jornada de trabalho, maior atenção do servidor ou maior especialização profissional, a administração recompensa pecuniariamente os funcionários o realizam, pagando-lhe o adicional de função.

É verdade irrecusável que o artigo 17 condensa em sua norma uma justíssima recompensa ao velho servidor das lides fisco-arrecadoras, pois no outono da existência, vê que os seus proventos da inatividade dão-lhe condições de ter uma velhice com segurança. Mas é fato incontestável, igualmente, que protegerá os superiores interesses do Estado, abrindo-lhe chances de recrutamento de novos valores, canalizando para ele servidores com as melhores e mais altas credenciais técnicas e culturais.

Eis, Senhor Governador, os motivos que me sensibilizaram e, em razão deles, permito-me a encarecer junto à V. Exa., o exame da minuta de decreto anexa, que se convertida em norma legal, virá trazer alegria a um número de velhos servidores, com isso, V. Exa. estará fazendo justiça".

Em razão destes argumentos apresentamos a esta Casa o seguinte requerimento: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento, ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, de apelo no sentido de estender o reajuste salarial, correspondente à atualização aos novos índices do salário-mínimo recentemente decretados pelo Governo Federal, ao funcionário que haja se aposentado com a égide do artigo 17, da Lei 6.212, de 9 de agosto de 1971, por ser medida de profundo sentido humano e social, que alcançará um número de antigos servidores do Estado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1975”.

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal “O ESTADO DO PARANÁ”, edição de ontem, em sua coluna PANORAMA POLÍTICO destaca o seguinte: (Lê): “Bancada da Arena e MDB tiveram reunião secreta.”

E segue a narrativa do cblunista: (Lê)

“A Assembléia Legislativa realizou na manhã de ontem uma reunião que pode ser qualificada de informalidade secreta. Não foi no plenário, mas no salão nobre. A imprensa não foi convidada e o serviço taquígrafo não foi requisitado. Presente, a maioria dos Deputados dos dois partidos, e como em toda reunião de que participa muita gente, pouca coisa ficou em segredo.

À tarde, conversando com um e outro, os jornalistas tomaram conhecimento dos assuntos debatidos mas praticamente nenhum deles merece uma reportagem.

A reunião destinou-se a aparar arestas e evitar que alguns assuntos de economia doméstica, problemas relacionados com funcionalismo, organização interna, ampliação da biblioteca que deixa muito a desejar, e outras questões.

Somente um destaque, a proposição, de alguns Deputados do MDB, que querem terminar o Serviço de Assistência Social da Assembléia, destinado a atender indigentes; por incrível que pareça, a Oposição que está preocupada com o grande número de indigentes que perambulam pelos corredores do Palácio 19 de Dezembro; a ARENA é contra o Serviço de Assistência Social, por entender que uma Casa do Povo não pode jamais se recusar a receber quem quer que seja, esteja ou não bem vestido, goze ou não de boa saúde”)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a notícia distorcida que corrompe acima de tudo a dignidade de um jornal como o “O ESTADO DO PARANÁ”. Nós sempre verificamos e sentimos, que o jornal, como a oração, é o pão da alma assim como o jornalista é e tem que ser o verdadeiro sacerdote que oficia a verdade, do altar da Pátria. Todo o jornal que distorce a verdade simplesmente para agradar o seu amo, simplesmente para satisfazer a necessidade de sua economia, simplesmente para manter de pé a constituição econômica de sua empresa, passa a ser repudiado pelos seus próprios leitores.

O MDB, na realidade nunca pediu, jamais pediria a extinção do serviço de atendimento social da Assembléia Legislativa; o que o MDB tem pedido, o que o MDB tem exigido, o que o MDB tem denunciado é a falta de atendimento deste Departamento de Assistência Social. O que o MDB tem reclamado é que centenas de pessoas, nossos irmãos desfavorecidos pela sorte, venham a

Curitiba em busca do serviço social da Assembléia Legislativa e fiquem deitados às portas da Assembléia, à espera que os Srs. Deputados o atendam e não têm condições de atender, que me desculpem a reputação que faço do “O Estado do Paraná”, jornal que sempre vê as notícias distorcidas, notícias que nós não perdaremos. Temos no nosso programa a luta pela edificação do bem estar social. Não seria o MDB nem outra bancada desta Casa que iria pedir a extinção do Serviço de Assistência Social. Pedimos, sim, como pedimos na reunião, que não foi secreta, porque estava presente o comentarista da PANORAMA, nós pedimos que se desse condições para que o Serviço de Assistência Social da Assembléia cumprisse seu objetivo, atendendo o povo menos favorecido, que vem constantemente, diariamente, às portas da Assembléia deste socorro, pelo menos para colocar um pouco de auxílio em sua vida. Venho aqui e peço que se faça constar em Ata, em meu nome, porque não tenho autoridade para falar em nome da bancada, para solicitar ao Sr. Comentarista da PANORAMA sua atenção porque o fato não ocorreu assim, o fato foi completamente diferente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quinto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, em nossa cidade e na região dos Campos Gerais, foi iniciada a campanha encetada pelo Ministério da Saúde do Brasil, campanha esta de vacinação contra a meningite no Estado do Paraná. Estiveram em nossa cidade as mais altas autoridades sanitárias de todo o País, as mais altas autoridades da Saúde Pública de todo o território nacional, bem como S. Exa. o Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Arnaldo Busato, e tivemos a satisfação de ver aqueles nossos reclamos de nossos companheiros que, quando da primeira vacinação feita no Estado do Paraná, só duas ou três regiões eram beneficiadas e nós pedimos a extensão do benefício da vacinação indistintamente a todos os quadrantes do Paraná, e o atual Secretário, em contato com o Ministério, fazendo esforço para que a nossa reivindicação, a reivindicação de nossos colegas fosse atendida. Tivemos a satisfação de ver que nossa região foi a pioneira em todo o Estado do Paraná e não poderíamos, neste momento, deixar de reconhecer o esforço dispendido pelo atual Secretário, fazendo tudo de si para que a saúde do povo paranaense fosse atendida, imunizando o povo de minha região.

A imunização, no dia de hoje, um número de mais de 160 mil pessoas, faz com que este Governo, na pessoa do Sr. Jayme Canet Junior, tenha um voto de crédito de confiança, demonstrada através do seu secretário, de que aqueles nossos apelos e os apelos daquelas crianças vítimas de meningite em Ponta Grossa e na região, foram atendidas e agora nós publicamente, sem diferenciação alguma de partido, queríamos agradecer em nome do povo de Campos Gerais, ao Sr. Ministro da Saúde, ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Facci, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entre as regiões onde afloraram comunidades laboriosas que em curto tempo trouxeram o progresso ao País, podemos destacar áreas do Paraná, onde ocorreu o verdadeiro milagre brasileiro, que é o milagre da produção. Milagre feito com o esforço gigantesco dos pioneiros e trabalhadores nas mais difíceis

condições de vida, para erguer do nada uma sociedade e uma civilização que é o seu corolário.

Uma dessas regiões que se destacam, todos sabem, é a do norte do Paraná, com suas subdivisões. Norte-Velho. Norte Novo e Norte Novíssimo.

Ali, em trinta anos, ocorreram transformações que em outros países, outros povos levaram 100 anos para conseguir.

E não é elevado demais o esforço que se fez, resultou em ponderável contribuição ao enriquecimento do Estado Brasileiro, do Estado do Paraná, e sua Capital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Norte do Paraná oferece hoje um exemplo de operosidade, de trabalho constante e de produção. As principais cidades do Norte do Paraná, já atingiram um nível de organização econômica e social destacado. Estas cidades experimentam um processo de urbanização, as vezes próprio das cidades dos países desenvolvidos. E ainda que não se possa dizer terem atingido alto padrão de vida comunitária e civil já obtiveram por seu dedicado empenho, muitas condições básicas para a plenitude da vida social.

Entretanto, a melhoria destas condições de vida social não virá de chofre, não está sendo aguardada como uma benesse que lhe seja outorgada por qualquer decisão. E mais: o que o povo do norte espera é a contrapartida que lhe deve o Estado, para quem contribui e está contribuindo decisivamente, com a explícita participação no aprimoramento da vida de outras regiões e da administração do Estado. O Norte do Paraná não espera, também, conseguir o imediato reconhecimento de quanto devem outras regiões e o próprio Estado, pois não tem posição particularista a reivindicar.

Não vamos aqui fazer o rol das principais reivindicações. Elas são muitas - como muitas são as reivindicações de qualquer região do País - são muitas e sempre serão apresentadas no contexto de suas vinculações e oportunidades. Vou referir-me de maneira especial, a um problema: a malha rodoviária do Norte do Paraná.

Poderá parecer a algumas pessoas desavisadas que justamente seria esta a retribuição que o Estado vem dando ao Norte do Paraná. Mas, cada problema deve ser visto na dimensão apropriada: não é verdade que a malha rodoviária do Norte do Paraná esteja hoje sequer, no nível do tolerável do imediato funcional.

As duas cidades que polarizam a produção e a vida social do Norte do Paraná são Londrina e Maringá, ambas com cerca de 200 mil habitantes urbanos. Entre elas, em qualquer sentido rodoviário, se entremeiam dezenas de outras cidades, que participam em todos os aspectos do tipo de produção, com o mesmo estilo de vida. Cada vez mais a ligação entre essas comunidades e também com aquelas fora deste eixo principal, se torna importante, com um fluxo de pessoas, negócios e tráfego acelerado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, meu companheiro de representação regional do Norte do Paraná, nós vemos com muito bons olhos a sua presença na tribuna, nesta tarde, abordando assunto que já nos levou ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Governador do Estado. E nada mais justo, nobre Deputado, que também, com V. Exa. levantemos nossa voz para a reivindicação justa dos homens que representam o Norte do Paraná.

V. Exa. como eu, tem perdido companheiros, por causa de desastres fatais, pela falta de segurança da estrada Maringá-Londrina. Num trecho aproximado de 100 quilômetros, levamos hoje mais de duas horas para percorrê-lo. Porque, como deve ter notado V. Exa. e os demais Pares desta Casa, não se consegue ultrapassar a única fila que se forma naquela estrada.

Portanto, é com satisfação que vemos V. Exa. levantar a sua voz, nesta Casa, sua voz de maringense, de norte-paranaense, para dizer que precisamos com urgência de uma free-way, entre Londrina e Maringá, ou a outra opção, duplicação da pista, com os respectivos contornos das cidades por onde ela passa.

Portanto, meus parabéns a V. Exa. e a minha solidariedade.

O SR. ANTONIO FACCI Agradeço o aparte de V. Exa. que veio, sem dúvida alguma, elucidar e dar maior conteúdo ao meu pronunciamento.

Porém, a principal questão que me traz à tribuna é pleitear dos nobres Deputados o seu endosso à campanha para duplicação da Rodovia Maringá - Londrina. Somente se a Assembléia Legislativa se compenetrar da fundamental importância do novo traçado da rodovia, a região norte do Paraná conseguira obter esta reivindicação a curto prazo. Especialmente, neste período em que toda a infra-estrutura viária que temos está sendo considerada insuficiente para atender aos reclamos da economia-de-escala que integra a vida nacional.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - V. Exa. permite um parte? (Assentimento).

Estamos acopmanhando com bastante interesse a exposição que V. Exa., comentando a potencialidade do Norte do faz Paraná, e ponderando as inversões dos Governos Federal e Estadual naquela região. Realmente, não tem sido satisfatória por parte das autoridades. Pretendo, aplaudindo e me irmanando as reivindicações de V. Exa., prestar também uma homenagem à imprensa equilibrada, à imprensa decente, à imprensa útil, que de maneira extraordinária com esse tipo de conduta, tem acelerado o desenvolvimento da região.

Peço excusas a V. Exa., se me alongo no aparte mas o texto desta reportagem e as ilustrações bem demonstram a calamidade que é aquele trecho. E é o jornal que diz com muita fidelidade e nós que conhecemos que aquela região há mais de 20 anos podemos atestar o que diz o matutino maringense, da Rodovia Maringá - Londrina, que é perigosa, assassina e traiçoeira (Lendo): "Em cada lombada, em cada curva, a morte pode estar espreitando o viajante. E assim mesmo o viajante não deixa de ser imprudente. Não deixa de abusar na velocidade e desrespeito aos poucos sinais colocados à margem da pista pelo DER. Logo nos primeiros meses em que foi aberta ao tráfego, em 1952, quando acontecia um acidente lá uma vez por outra, a rodovia já era temida por muita gente. E naquele tempo os veículos não desenvolviam mais de 60 quilômetros por hora.

Hoje, com a velocidade triplicada, o medo é ainda maior. Mas, msmeo assim, apesar do medo ou por causa do medo, poucos automobilistas conseguem controlar sua agressividade no volante. Chegar primeiro, virou desafio vale apostas na Maringá - Londrina.

As estatísticas colocam a Rodovia Maringá - Londrina entre as mais movimentadas do Brasil. Dentro do Paraná, não perde em movimento de veículos para nenhuma outra, apesar de que qualquer outra possui muito mais condições de tráfego do que ela.

Pois bem, Deputado Antonio Facci, é um desafio que se apresenta, é uma atitude reivindicatória das mais meritórias. Recordamos aqui, sobressaltados agora, aquele pronunciamento formulado desta tribuna, pelo nobre Deputado Accioly Netto, que criticou a política internacional de S. Exa. o Ministro dos Transportes quando declarou e não fez segredo, que se pretende congelar os investimentos em obras rodoviárias para uma aplicação intensiva no setor ferroviário.

Naquela oportunidade, aparteando o nobre Deputado, disse que, evidentemente, as ferrovias deste País eram de fundamental importância, mas que a agro pecuária do Paraná, com esta produção extraordinária, necessita de atendimento a cur-

tíssimo prazo e por esta razão exige uma inversão imediata e cada vez mais volumosa no setor rodoviário.

Que V. Exa. possa prosseguir de maneira decidida e agressiva nesta luta para que o Norte do Paraná ou através da duplicação desta rodovia ou por intermédio da implantação de uma free-way tenha este melhoramento, para que vidas humanas possam ser resguardadas em progresso de nossa Pátria.

Peço excusas novamente por este aparte tão longo. O SR. ANTONIO FACCI — V. Exa. foi preciso nessas informações, as quais deixaremos de anotar em virtude da colocação exata que V. Exa. fez em seu aparte.

Mas, a free-way dita pelos Deputados Gabriel Sampaio e Valter Pietrângelo, como uma via expressa que permita viagens rápidas, é de estudo demorado e implica em novas desapropriações e todos nós não sabemos se o Paraná, e nossa região podem deixar de desfazer áreas, principalmente naquela região, em que é formada por pequenas propriedades que estão aos poucos desaparecendo. Estamos, antes de mais nada, reivindicando a urgência da segunda via e temos a idéia de uma free-way venha a delongar a realização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importante rodovia a que nos referimos já está chegando àquele perigoso ponto na vida das estradas brasileiras em que os prejuízos e desvantagens tomam peso considerável. O leito da rodovia, os acostamentos, a visibilidade, a sinalização e o controle fiscalizador, tudo está imperfeito ou se deteriorou. Hoje é um funil perigoso para um tráfego existente que representa os interesses de uma área com mais de dois milhões de habitantes.

E o Norte do Paraná, que sempre foi parcimonioso em seus reclamos — ele que tanto tem contribuído, acima dos ciclos de nossa economia, exige agora uma nova rodovia, de pequena extensão, servindo uma densa área que responde de maneira decisiva pela economia e vida do Estado do Paraná.

Esperamos o apoio caloroso da Assembléia Legislativa do Estado, de todos os integrantes deste Poder. Muito obrigado.

Encaminho por isso, à Mesa, Requerimento do seguinte teor: (Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido da duplicação da pista da rodovia que liga Maringá - Londrina, formada por trechos das Rodovias BR-369 e BR-376, bem como a construção dos contornos nas cidades por elas diretamente servidas, ou sejam: Marialva, Mandaguari, Apucarana, Arapongas, Rolândia e Cambé.

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia, segundo estatística do DER, está com um trânsito, nas horas de maior rush, de aproximadamente 21.500 veículos diários. Sendo uma rodovia antiga, não obedece as novas normas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e no lugar de desviar-se dos perímetros urbanos, vai de encontro a eles, aumentando os problemas de congestionamento, dificultando o tráfego das cidades. As administrações municipais, visando coibir o excesso de velocidade, consequentemente o grande índice de acidentes, constroem os chamados “quebra-molas” ao longo da Rodovia, no perímetro urbano, porém a medida, mesmo tendo utilidade no que se refere a segurança, dificulta o escoamento normal do tráfego, tornando-o mais moroso ainda, trazendo consequentemente, grande prejuízo à economia de nosso Estado”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, além de justificar a apre-

sentação do requerimento solicitando urgência na duplicação da pista da Rodovia Maringá-Londrina, faremos também um requerimento, desta Tribuna, solicitando a composição de uma Comissão Especial para representar a Assembléia Legislativa do Paraná nos festejos comemorativos ao 28º aniversário da cidade de Maringá, que se dará nos dias 9, 10 e 11 do mês em curso, cujo programa os Senhores Deputados já conhecem, conforme convites individualizados.

Justificamos, rapidamente:

Fundada em 10 de maio de 1947, a cidade foi projetada para 200.000 habitantes; ao atingir seu 28º aniversário já alcançou esta previsão. Pela sua expressão econômica e demográfica, Maringá é hoje a 3ª cidade do Estado do Paraná, destacando-se como a principal cidade, a de mais movimento no interior do Estado.

Maringá é conhecida como “cidade verde”, por possuir 106.000 árvores plantadas ao longo das ruas e avenidas, e cortada por dois bosques de aproximadamente 17 alqueires paulistas cada; alcançada expressiva cifra de 10 m² de área verde por habitante, é portanto uma cidade sem poluição.

Tem a homenageada Maringá vários serviços turísticos que podemos destacar:

Museu do Desbravador, a Catedral Nossa Senhora da Glória, décimo monumento do mundo, em altura; o Parque do Ingá, que é um dos bosques arborizados; o Horto Florestal; a Cidade Universitária, o Parque Exposição Presidente Médici; o Centro Desportivo Regional (em construção); o Centro Desportivo de Jardim Alvorada, o único e pioneiro centro desportivo construído por uma administração, onde filhos de operários que residem nas vilas e bairros de Maringá podem praticar basquete, volei, futebol de salão e até natação, com aulas ministradas por professores especializados, sem custar um tostão para ninguém. É de fato uma atração que será inaugurada oficialmente 10 de maio, mas que já vai proporcionar aos que lá comparecerem, a alegria de ver meninos e meninas filhos de operários, disputando já o I Campeonato, a 1ª prova de natação dos bairros, a Escolinha de Natação de Maringá, tendo como local de treinamento, o Centro Desportivo Jardim Alvorada, contar com quase 500 alunos. É a colocação do homem acima de tudo, numa administração, e fez isto a administração Sílvia Barros em Maringá e que está convidando para os festejos do aniversário da cidade.

A nova etapa, extraordinariamente bem localizada, na Vila operária e tantas outras atrações que Maringá oferece. Fica na apresentação do requerimento, a solicitação de uma Comissão Especial, fica também Sr. Presidente, o convite da administração de Maringá, o convite dos Deputados de Maringá, e de nós que usamos a tribuna, o convite a todos os Deputados para prestigiarem, conhecer de perto, esta bela cidade Canção que saberá empolgar a todos que lá estarão. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença, no Plenário, do Sr. Alcione Ferreira Alves, Vereador por três legislaturas na cidade de Londrina, e de sua esposa dona Maria Ferreira Alves.

Aos ilustres visitantes, os nossos cumprimentos.

Com a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo de minha presença, nesta tarde, na tribuna, prende-se a uma série de considerações em torno da crise econômica que assoberba o País, ocasionando preocupações as mais graves aos vários setores da vida nacional e com um impacto maior, sobre as classes menos favorecidas, e principalmente, a dos assalariados que sofrem de forma mais aguda, os efeitos maléficos desta crise, cujos efeitos e causas pretendo abordar neste meu pronunciamento.

(Lendo):

"Inegavelmente, a crise do combustível — da gasolina e de seus derivados, originada pela grave situação reinante nos países do Oriente Médio, têm sido a grande responsável pela inflação. Não só no Brasil, mas em todas outras potências conhecidas pela sua pujança econômica e que hoje, também, estão envolvidas pela espiral inflacionária, buscando, aflitivamente, uma solução que possa minorar seus maléficos efeitos.

Por outro lado, podemos citar o caso das multinacionais, objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada na Câmara dos Deputados, em Brasília, com o propósito de investigar a influência do capital estrangeiro na economia nacional — e que, tão logo conclua os seus trabalhos, deverá apontar a opinião pública do País — o que de fato existe, e quais as conexões que tais empresas tenham, com o surto inflacionário ora dominante.

Mas, o que nos traz principalmente, a esta tribuna, é o caso das financiadoras e a exploração das prestações devidas pelo financiado. Entendemos, que o Governo da União e os responsáveis pela condução da política financeira do País, deveriam estar atentos à modalidade de empréstimos, com a finalidade de não permitir o que efetivamente se verifica:

Estas firmas financiadoras — de um modo geral — exploram os que as procuram e com elas contraem empréstimos, cobrando-lhes **juros extorsivos e injustos**, sempre sobre o **CAPITAL FINANCIADO**, quando se sabe que a **cada prestação paga**, já não se deve mais o total. Este fator, no nosso entender, concorre para o empobrecimento da classe média, diminuindo-lhe o poder aquisitivo, e contribuindo para que a inflação se agrave, na mesma proporção da miséria que semeia.

O assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da maior relevância, e cremos estar contribuindo, com este pronunciamento, que confessamos ser feito por um leigo em matéria financeira, mas que, mesmo assim, pode enxergar e anotar o que está errado e o que deve ser corrigido, acreditamos estar contribuindo, repito, para a solução justa e humana de um problema que não pode ser desconhecido ou ignorado, pois ele existe, e torna-se imperioso que o mal seja cortado pela raiz, e a ganância encontre seu ponto final definitivo e inexorável, para que o nosso povo possa respirar mais aliviado, possa viver mais tranquilo, vendo que os Governantes cumprem seu dever e não permitem que a exploração campeie, sobre qualquer forma ou modalidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE— Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Esta Presidência comunica o recebimento da Emenda à Constituição do Estado, apresentado por 19 Srs. Deputados. **Publique-se no Diário da Assembléia, em avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 29/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 03/75, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Obras Públicas, com os Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Ca-

deias Públicas, naquelas comunas. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 30/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 05/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e os órgãos federais que especifica. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 31/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova os Termos do Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Boa Esperança, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/74, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo da Cidade de Alto Paraná. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Lar São Vicente de Paulo, da Cidade de Cornélio Procopio. Parecer **favorável** da C.C.J. — **aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 27/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/75, que objetiva prorrogar até 30 de junho de 1977, os efeitos da Lei nº 6.547, de 06/07/74. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 192/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Senhor Desembargador Aurélio Feijó. Parecer **favorável** da C.C.J., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 196/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Igrejas dos Irmãos Menomitas do Brasil, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão e conseqüente votação.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/75, de autoria da Comissão Executiva, que reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências. Parecer **favorável** da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução.

Art. 1º — O item VI, do Artigo 2º do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

VI — DEPARTAMENTO DE FINANÇAS (D.F.)

a) — Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças (D.F. 1)

b) — Assessoria (D.F. 2)
 c) — Tesouraria Geral (D.F. 3)
 d) — Divisão de Tesouraria (D.F. 4)
 1 — Secção de Controle Bancário (D.F. 4.1)
 2 — Secção de Serviço de Tesouraria (D.F. 4.2)
 e) — Divisão de Pagadoria (D.F. 5)
 1 — Caixa (D.F. 5.1)
 f) — Contadoria Geral (D.F. 6)
 g) — Setor do Imposto de Renda (D.F. 7)
 h) — Divisão de Contabilidade (D.F. 8)
 1 — Secção de Registros Contábeis (D.F. 8.1)
 2 — Secção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário (D.F. 8.2)
 3 — Secção de Administração Contábil (D.F. 8.3)
 i) — Divisão de Controle Financeiro de Pessoal (D.F. 9)
 1 — Secção de Folhas de Pagamento (D.F. 9.1)
 2 — Secção de Consignações e Descontos (D.F. 9.2)
 j) — **Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (D.F. 10)**
 1) — Divisão de Registros (D.F. 11)
 1 — Secção de Cadastro de Entidades (D.F. 11.1)
 2 — Secção de Registro das Operações (D.F. 11.2)
 m) — Divisão de Aplicações (D.F. 12)
 1 — Secção de Controle das Dotações (D.F. 12.1)
 2 — Secção de Execução e Pagamento (D.F. 12.2).

Art. 2º — O artigo 14 do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14 — Ao Departamento de Finanças compete:

I — Pela Assessoria:

a — assessorar o Diretor de Departamento de Finanças nas suas atribuições;

b — apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor de Finanças, e,

c — organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado, do País, que venha de encontro às atividades do Departamento.

II — Pela Tesouraria Geral:

A — Pela Divisão de Tesouraria:

a — Pela Secção de Controle Bancário:

1 — organizar o controle das contas bancárias, mantidas pela Assembléia Legislativa, mantendo-o atualizado;

2 — relacionar os cheques e Ordens de Crédito, emitidos pela Assembléia Legislativa, e,

3 — relatar, diariamente a posição bancária da Assembléia Legislativa.

b — Pela Secção de Serviço de Tesouraria:

1 — Confeccionar os cheques e ordens de crédito para pagamento de Pessoal e fornecedores da Assembléia Legislativa;

2 — manter cadastro das contas pagas, bem como dos respectivos credores;

3 — confeccionar e enviar os avisos aos credores dos pagamentos feitos através de ordens de crédito, e,

4 — confeccionar o Boletim de Operação Diária da Tesouraria Geral, para fins de registro contábil.

B — Pela Divisão de Pagadoria:

a — Pela Caixa:

1 — efetuar os pagamentos autorizados;

2 — ter sob a sua guarda o numerário para atender as despesas de pronto pagamento, e,

3 — fazer, diariamente, o fechamento do caixa, enviando-o ao Tesoureiro Geral.

III — Pela Contadoria Geral:

A — Pelo Setor do Imposto de Renda:

a — determinar o índice para cálculo do imposto de renda de desconto em Folha de Pagamento;

b — determinar o índice para cálculo do imposto de renda para desconto na fonte, nos processos de pagamento a fornecedores, conforme dispõe a legislação;

c — informar quando solicitado, sobre os problemas relativos ao imposto de renda, e,

d — manter atualizada coletânea de leis que interessam ao setor.

B — Pela Divisão de Contabilidade:

a — Pela Secção de Registros Contábeis:

1 — registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa, elaborando os balancetes mensais e balanços anuais;

2 — elaborar o relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa;

3 — prestar as informações relativas às operações contábeis, e

4 — manter atualizado o plano de contas.

b — Pela Secção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário:

1 — elaborar a proposta orçamentária, sob a coordenação da Comissão Especial;

2 — confeccionar a documentação necessária que possibilite as liberações das dotações Orçamentárias, junto às entidades competentes;

3 — emitir notas de empenho em processos devidamente autorizados, e,

4 — manter fichário que controlem os serviços sob a sua guarda.

c — Pela Secção de Administração Contábil:

1 — confeccionar as autorizações de pagamento e manter controle das mesmas;

2 — instruir processos de despesa da Assembléia Legislativa;

3 — confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;

4 — confeccionar os demonstrativos de despesa da Assembléia Legislativa, e,

5 — executar os serviços Administrativos especializados do Departamento.

C — Pela Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:

a — Pela Secção de Folhas de Pagamento:

1 — confeccionar as folhas de pagamento;

2 — providenciar para que as folhas de pagamento sejam encaminhadas em cumprimento às formalidades legais;

3 — solicitar os empenhos das folhas de pagamento junto à Divisão de Contabilidade, e,

4 — registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação.

b — Pela Secção de Consignação e Descontos:

1 — organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em folhas de pagamento;

2 — organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por consignação, em folha de pagamento, e,

3 — informar e instruir processos relativos a descontos e consignações.

IV — Pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais:

A — Pela Divisão de Registros:

a — Pela Secção de Cadastro de Entidades:

1 — organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;

2 — instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas, e,

3 — elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.

b — Pela Secção de Registro das Operações:

1 — registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;

2 — confeccionar, avisos de crédito aos Deputados, e,

3 — confeccionar relatório mensal das operações.

B — Pela Divisão de Aplicações:

a — Pela Secção de Controle das Dotações:

1 - confectionar cheques e ordens para pagamento dos auxílios financeiros autorizados;

2 - manter arquivado sob a sua guarda os processos liquidados, para a posterior prestação de contas;

3 - informar aos Deputados sob os processos mantidos em arquivo;

4 - elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa;

5 - manter controle das cotas bancárias abertas, relativas às dotações pessoais dos Deputados, e,

6 - executar os serviços administrativos da Coordenadoria.

b - Pela Secção de Execução e Pagamento:

1 - efetuar os pagamentos autorizados;

2 - remeter os processos pagos à Divisão de Registros;

3 - escriturar diariamente o livro Caixa, e,

4 - ter sob sua guarda o numerário destinado à atender os auxílios pessoais".

§ 1º - As atribuições específicas das Chefias no Departamento de Finanças, no que diz respeito à documentação que cabe cada um afirmar, para recebimentos ou pagamentos, será determinado pela Comissão Executiva, de acordo com as exigências administrativas.

§ 2º - As readaptações de cargos e funções de Chefia no Departamento de Finanças, ficará a deliberação da Comissão Executiva.

§ 3º - Os cargos de Assessor do Departamento de Finanças e Chefe do Setor de Imposto de Renda, na Contadoria Geral é privativo de funcionário do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, possuidores de diploma de nível universitário.

Art. 3º - Na estrutura Administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica criado o Departamento de Pessoal.

§ 1º - No artigo 2º do Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, fica acrescido o item IX com a atual composição do item VIII e este passa a ter a seguinte redação.

VIII DEPARTAMENTO DE PESSOAL D.P.

a - Gabinete da Diretoria do Departamento de Pessoal (D.P. 1)

b - Assessoria Jurídica (D.P. 2)

c - Divisão de Regime Legal (D.P. 3)

1 - Secção Administrativa do Pessoal (D.P. 3.1)

2 - Secção de Administração de Cargos e Vencimentos (D.P. 3.2)

d) - Divisão de Cadastro de Pessoal (D.P. 4)

1 - Secção de Cadastro de Deputados (D.P. 4.1)

2 - Secção de Cadastro de Funcionários (D.P. 4.2)

e) - Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (D.P. 5)

§ 2º - Fica inserido no Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, ao Departamento de Pessoal compete:

I - Pela Assessoria Jurídica:

a - assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal nas suas atribuições;

b - apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, com recurso para o Gabinete de Assistência Técnica, por parte dos interessados, no prazo de quinze dias, e,

c - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação, do Estado e do País, que porventura venham de encontro aos interesses das atividades do Departamento.

II - Pela Divisão de Regime Legal:

a - Pela Secção Administrativa do Pessoal:

1 - elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

2 - informar os processos referentes a pessoal;

3 - encaminhar para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao pessoal;

4 - encaminhar ao Departamento de Finanças, quaisquer alterações relativas a remuneração de funcionários;

b - Pela Secção de Administração de Cargos e Vencimentos:

1 - elaborar contagem de tempo dos serviços dos funcionários, fazendo-a publicar anualmente;

2 - organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

3 - organizar mapa de comparecimento, de férias e de licenças dos funcionários;

4 - prestar assistência à Comissão de Promoções;

5 - manter registro de vagas nas diversas carreiras;

6 - promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal;

7 - organizar e manter as listas de endereços dos funcionários, e,

8 - elaborar estatística do Departamento.

III - Pela Secção de Cadastro de Funcionários:

1 - lavrar termo de posse e outros;

2 - fornecer carteiras de identidade;

3 - elaborar e apostilar títulos de nomeação;

4 - elaborar certidões, atestados e declarações relativas à vida funcional, e,

5 - manter atualizada a ficha funcional.

b - Pela Secção de Cadastro de Deputados:

1 - manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;

2 - preparar carteira de identidade dos Deputados;

3 - manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, de acordo com as informações do Departamento Legislativo;

4 - elaborar, mensalmente síntese de controle de Frequência dos Deputados, em mapa próprio, para fins legais;

5 - elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados às Sessões Plenárias, para ser encaminhado ao Sr. 1º Secretário;

6 - fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados, informações relativas à situação pessoal de cada um, em relação à frequência, e,

7 - fornecer certidões e atestados relativos à situação dos Deputados, quando solicitados.

IV - Pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal:

a - promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientando-se pelas indicações da Secção de Administração de cargos e Vencimentos;

b - planejar e promover cursos, visando a formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;

c - promover a seleção de bolsistas para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;

d - sugerir celebração de convênios com entidades especializadas; em ministração de cursos especializados, e,

e - expedir certificado de conclusão de cursos e promover o registro na ficha funcional.

§ 3º - A Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal, para exercida por Funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, portador de diploma de Bacharel em Direito

§ 4º - O cargo de Diretor do Departamento de Pessoal será exercido sob o regime de função gratificada até que a Lei venha dispor sobre a criação do cargo.

§ 5º - A Comissão Executiva disporá, quando julgar necessário, sobre a estrutura da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal.

Art. 4º - Os cargos de Diretores e chefes constantes da presente Resolução, ficam adstritos as normas do artigo 7º da Lei nº 6.119, de 29 de junho de 1970.

Art. 5º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A legislação que estrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa, data de 29 de novembro de 1967, isto é, a mais de 8 (oito) anos, e durante este interregno a administração da Casa sofreu, por influência externa e internas, determinadas modificações de fato, advindo daí a necessidade de se adaptar às novas exigências.

O setor financeiro da Assembléia Legislativa, foi o que mais sofreu com as modificações introduzidas, tanto pelo órgão estadual, como as trazidas pelas determinações administrativas da própria Casa.

No presente projeto de Resolução, não se procura inovar, mas antes de tudo, adaptar órgãos de maior valia para a administração, às condições preexistentes, sem, no entanto, esquecer o que o futuro exigirá.

Os dois órgãos básicos de qualquer administração pública é o financeiro e o pessoal, tanto é assim, que na nova organização administrativa estadual as duas Secretarias que maior desenvoltura reestrutural sofreram foram a de Finanças e Recursos Humanos.

O Departamento de Finanças foi totalmente adaptado às exigências do momento e estruturado para arcar com novas atribuições que, por certo, virão em consequência da desenvoltura que, hodiernamente, vem sofrendo o Poder Legislativo.

A criação do Departamento de Pessoal, disvinculando-se estruturalmente, do Departamento de Finanças, era uma exigência imperiosa para que um órgão que atende o homem, capital mais importante de qualquer administração, tivesse meios de atender os problemas afetos.

Tanto é assim, que o próprio Governo Estadual não se perturbou em criar uma Secretaria de Recursos Humanos.

O órgão de Pessoal de qualquer administração não pode se preocupar, somente em cadastrar e informar as condições funcionais, mais sim se estruturar de acordo com as exigências administrativas e, precipuamente, em dar pessoal apto para maior desenvoltura nos serviços. É o que se procura com a presente resolução.

Pelo exposto e o de conhecimento de todos, que mesmo superficialmente, conhecem e tratam com a administração do Poder Legislativo, é plenamente justificável a aprovação do presente projeto, pois só assim estaremos atendendo os problemas de dois setores, dos mais importantes, para o serviço da secretaria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/75

AUTOR: Comissão Executiva

SÚMULA: Reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal, e dá outras providências.

I — Consoante ressalta a justificativa do Projeto de Resolução ora em exame, "a legislação que estrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa, data de 29 de novembro de 1967, isto é, a mais de 8 (oito) anos, e durante este interregno a administração da Casa sofreu, por influências externas e internas, determinadas modificações de fato, advindo daí a necessidade de se adaptar às novas exigências". Sendo certo, quando isto, "que o setor financeiro da Assembléia Legislativa, foi o

que mais sofreu com as modificações introduzidas, tanto pelo órgão estadual, como as trazidas pelas determinações administrativas da própria Casa.

2 — Fundado, assim, nessas duas premissas — legislação superada e descompassada de um lado, e o assoberbamento de atividades cumuladas ao setor financeiro, de outro, a Comissão Executiva propõe a desvinculação da Divisão de Pessoal da estrutura do Departamento de Finanças, o que, ademais, atenderia "uma exigência imperiosa para que um órgão que atende o homem, capital mais importante de qualquer administração, tivesse meios de atender os problemas afetos", segundo está escrito na justificativa que junta, também, à guisa de exemplo salutar, o fato do Governo do Estado ter criado uma Secretaria de Recursos Humanos.

3 — No mérito, pelo que se vê, a proposição é louável, pois está a indicar a preocupação da Comissão Executiva no sentido de dotar a Secretaria da Assembléia Legislativa de uma estrutura que permita desenvolver a contento as atividades administrativas pertinentes ao seu próprio pessoal e desembaraçando ao tempo que autoriza, o setor financeiro da Casa.

4 — De resto, o Projeto tem amparo nos artigos 47, inciso 1º, e 200, § 2º, do Regimento Interno, não havendo, portanto, nada que se lhe possa antepor do ponto de vista legal.

Meu parecer é pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/75, de autoria da Comissão Executiva, que acresce incisos que especifica, ao artigo 39 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O Artigo 39 do Regimento Interno fica acrescido dos seguintes incisos:

XIV — Recursos Humanos.

XV — Ecologia e Meio Ambiente.

Art. 2º — À Comissão de Recursos Humanos, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos, para administração direta e autárquica.

Art. 3º — À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre os Projetos de Lei que tratem de matéria que diga respeito à manutenção da ecologia e preservação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em abril de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

É salutar e acauteladora a presente proposta, a própria Reforma Administrativa do Poder Executivo deixou determinadas Comissões sobrecarregadas, haja vista o desmembramento de diversas Secretarias de Estado.

Procura, o projeto em tela criar, também novas Comissões, pelas suas próprias necessidades da correlação com as Secretarias já então criadas.

Criam-se as Comissões de Ecologia e Meio Ambiente e Re-

curiosos Hídricos. Justificá-las seria redundância, pois os próprios nomes das mesmas falam por si.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43/75
AUTOR: Comissão Executiva

SÚMULA: Acresce incisos que especifica, ao artigo 39, do Regimento Interno.

1 - Na justificativa, os integrantes da Comissão Executiva alegam que é salutar e acauteladora a referida proposta, pois a reforma administrativa do Governo deixou determinadas Comissões sobrecarregadas, com o desmembramento de diversas Secretarias.

2 - Parece-me oportuno o Projeto em face da justificativa expendida. Não há nada que se lhe possa opor do ponto de vista legal, razão pela qual meu parecer é pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Reuniões, em 30 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO - Presidente E Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/73, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, município de Londrina. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.I.P. - **Aprovado**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 266/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Projeto de Lei, é propiciar condições favoráveis para que grande parte da população jovem do distrito de Tamarana, município de Londrina, continuem os estudos.

Considerando que mais de 100 alunos concluem o ensino de 1º grau anualmente e que o Ginásio existente já funciona há 7 anos, mais ou menos, portanto com aproximadamente 400 alunos sem condições de prosseguir os estudos, por falta de um estabelecimento de ensino de 2º Grau, tendo como única alternativa, no momento, se deslocarem à sede do município que dista cerca de 60 quilômetros de distância.

Desta forma, contamos com o necessário apoio dos nobres Pares para posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 266/73
AUTOR: Dep. LÁZARO DUMONT

SÚMULA: Autoriza o P. E. criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, município de Londrina.

I - Como bem atesta a justificativa apresentada pelo autor, o Projeto contém matéria de alto interesse do Distrito de Tama-

rana. Situado numa região de grande importância econômica para o Estado, justo se torna a criação desta Escola Normal.

II - Tratando-se de medida autorizatória, nada temos a opor quanto aprovação deste Projeto de Lei.

Sala Das Comissões, em 1º de abril de 1974.

a)

a) OVÍDIO FRANZONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 266/73
AUTOR: Deputado LÁZARO DUMONT

O projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, pretende a criação de uma Escola Normal de Grau Colegial, no distrito de Tamarana, município de Londrina.

Tratando-se de Projeto que embora de grande mérito é, apenas autorizatório, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Reuniões, em 16 de outubro de 1974.

a)

a)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE Lei Nº 266/73

Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escolar Normal, de grau Colegial, no distrito de Tamarana, município de Londrina.

Favoravelmente ao Projeto, já se manifestaram as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Considerando as intenções do autor do Projeto e a justificativa apresentada, temos a nos manifestar, na qualidade de integrante da Comissão de Instrução Pública, que tem competência regimental para opinar sobre todos os assuntos concernentes à instrução pública e particular, à educação e à cultura, pela **APROVAÇÃO** do mesmo, já que estamos convencidos da sua oportunidade e do seu alto interesse para a população daquela localidade e tendo-se em vista, que, num País em grande desenvolvimento, como é o nosso, quanto maior o número de escolas forem construídas, mais efetivo será o seu progresso.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

a)

a) JURANDIR MESSIAS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/74, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), ao município de Arapongas. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. - Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação.

PROJETO DE LEI Nº 111/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio ao município de Arapongas, na forma e como especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma da

alínea "a", inciso VIII, do art. 21, da Constituição Estadual, a conceder um auxílio ao Município de Arapongas do valor de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), para satisfazer um débito de igual valor junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, contraído nos exercícios de 1969 e 1971.

Art. 2º — As despesas decorrente com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1974.

a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente Plano de Lei dar condições ao Município de Arapongas para que cubra uma dívida existente junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, decorrente de execução de obras constantes das faturas em anexo, e de cujo recursos não dispõe aquela municipalidade, por lhe ser inteiramente desconhecido tal débito.

Além do mais, a administração anterior, sem o devido cuidado e planejamento, não programou devidamente a obra em questão, o que acarretaria o extravasamento dos recursos municipais, se a Prefeitura, sem os meios legais disponíveis efetuar, tal pagamento.

Assim e em face das considerações expendidas, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê os indispensáveis apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/74

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio ao município de Arapongas para satisfazer um débito junto ao D.E.O.E.

I — A atual administração do município de Arapongas, para atender débitos anteriores e a fim de evitar que os recursos da municipalidade sejam reduzidos, está se valendo de um dispositivo constitucional para sanar referida dívida com o D.E.O.E.

II — Realmente, a nossa Carta Magna prevê a autorização da Assembléia, com a sanção governamental, para a concessão de auxílios aos Municípios na execução de programas plurianuais de investimentos, cujo vulto exceda os recursos financeiros municipais.

O projeto é legal, constitucional e trata de matéria autorizatória.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

a) OVÍDIO FRANZONI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/74

a) — A pedido do D.E.O.E. procura o Poder público de Arapongas, sanar a falta de cuidado e planejamento da Administração anterior, fazendo com que seu organograma de orçamento não sofra alteração, daí o mérito do presente Projeto, que dentro de nossas Leis vigentes, concede autorização ao Poder Executivo, a conceder o auxílio ao município de Arapongas para sanar o impasse criado.

b) — Diante do exposto, somos favoráveis pela aprovação do presente Projeto, já que o mesmo é legal e autorizatório e

dará condições ao Município de Arapongas resguardar os recursos públicos de sua administração.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, tão somente para indagar se há possibilidade de V. Exa. determinar ao Sr. 1º Secretário a leitura da justificativa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicitaria a V. Exa. que, pela ordem e em pé, seria o caso.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado, Solicito a V. Exa. a leitura da justificativa que campeia o Projeto de Lei nº 111/74.

O SR. PRESIDENTE — A presidência defere a solicitação e pede ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura da justificativa do referido Projeto.

— (O Sr. 1º Secretário procede à leitura da justificativa).

O SR. PRESIDENTE — Dado o atendimento da questão de ordem do nobre Deputado, continua em votação o Projeto de Lei nº 111/74.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, O Deputado autor do Projeto de Lei nº 111/74, na sua justificativa, argumenta o fato de que a administração municipal de Arapongas que antecedeu a atual administração, não tem o cuidado de fazer constar da Lei de Meios uma rubrica com a disponibilidade orçamentária para cobrir o Departamento de Edificações e Obras Especiais, além da dívida deste Deputado que é sobre a aplicação destes recursos e obras que naturalmente devem ser construídas em convênio Estado e Município. Não sabemos sequer o setor, se é obra educacional, saúde pública ou segurança. Todos os nobres Deputados, nós da bancada da Arena, não podemos pré-julgar se o Sr. Governador irá sancionar ou vetar este projeto de Lei. Votaremos com o plano de lei do Sr. Muggiati Filho. Todavia, sem que isto signifique compromisso futuro de manutenção do nosso voto favorável a matéria caso o Executivo considere, através o veto, ser contrário ao interesse da administração à sanção. Portanto, votarei a favor deste Projeto, sem que este voto implique na manutenção desta posição, caso o Governo do Estado considere compromisso assumido pela administração municipal daquele município, o pagamento da importância aqui referida.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A leitura da justificativa ao projeto, realmente não pode esclarecer o eminente líder do Governo, porque na justificativa se diz que o plano de lei pretende dar condições ao município de Arapongas que cubra uma dívida junto ao D.E.O.E., Departamento de Edificação e Obras Especiais, decorrente de obras constantes das faturas em anexo e de cujo recurso não dispõe aquela municipalidade, por lhe ser inteiramente desconhecida tal débito.

Então havia necessidade de que o eminente líder examinasse também as faturas que se achassem junto ao processo legislativo, onde se verifica, através das mesmas faturas, a execução de diversos serviços, fornecimento de tubos através do Núcleo de Combate à Erosão, àquela Prefeitura. Se não havia consequentemente nenhum convênio firmado entre o Estado e o Município e se se tratava de um atendimento feito ao Município pelo Governo, em boa hora, em auxílio àquela administração.

Nós não dissemos isto no projeto, mas até certo ponto parece conclusivo que as dívidas públicas não se originam dessa

forma, desautorizada a dívida contraída em 1971, por esta forma, de prestação de serviços, o município viu-se cobrado, em 1973, desta importância de 151 mil, 448 cruzeiros e 33 centavos, e ele não tem nem justificativa para poder incluir em orçamento municipal, esta dívida administrativa. É claro que se o Estado entendeu que devia atender o Município, não me parece justo que o Estado pretenda cobrar-se desta despesa, desautorizada. O projeto visa então, solucionar um problema.

Parece que entendeu o eminente Líder do Governo, a necessidade de abertura de crédito, porque já houve abertura de crédito, já houve aplicação do dinheiro, que foi necessário materiais e mão-de-obra, e é um assunto que administrativamente está liquidado, só não está, para o município de Arapongas e para o próprio Estado, que deve ter aberto este crédito, sem existir realmente a sua contabilização, dentro do Município. Afinal, o Município que contribui com tanto ICM como contribui Arapongas, com uma grande população, além de ICM colabora para o desenvolvimento cultural do Estado, para a sua economia, me parece que o projeto é justo, e que deve ser não só aprovado mas como mantido por esta Casa. Eu acredito que esteja plenamente parecido com o objeto, nada mais que isso. Aliás, se houve falta no setor contábil, na parte da contabilidade pública em relação à dívida, não foi por parte do município, pelo menos por parte da atual administração, que não encontrou em toda a Prefeitura, em toda a sua documentação, em toda a sua contabilidade, qualquer prova da existência desta dívida que lhe é apresentada pelo Governo. E que nós não contestamos quanto ao mérito de ter sido feito o serviço e ter sido entregue as coisas que aqui se faz referência.

Porisso, acredito que a Casa aprovando a iniciativa que visa legalizar uma situação disforme que aí está pendente, dará solução justa ao problema. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/74, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria José, com sede e fora na cidade de Morretes. Parecer favorável da C.C.J. *Aprovado.*

PROJETO DE LEI nº 170/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria-José, entidade mantenedora do Asilo à Velhice Desamparada e do Retiro Fraternal dos Meninos, com sede e foro na cidade de Morretes, Município do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em outubro de 1974.

a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade cujos serviços assistenciais, que presta à comunidade de Morretes, são inestimáveis, como se pode verifi-

car da documentação inclusa, merecendo ser declarada de utilidade pública, quer pela sua significativa atuação no setor da assistência social, quer no plano espiritual. Ademais, a farta documentação que instrui o projeto comprova preencher, a referida instituição, todos os requisitos exigidos pela Legislação que regula a matéria. Daí a nossa certeza de que esta Casa haverá de acolher este projeto, aprovando-o.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 170/74 — fls. 2

PARECER

- 1- Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes que declara de utilidade pública a União Espírita Beneficente Jesus Maria-José, com sede e foro na cidade de Morretes.
- 2- Do exame do processo se constata, que efetivamente, a iniciativa atende a todos os requisitos legais pertinentes à matéria, e a justificativa apresentada nos convence da sua oportunidade.

Sala das Reuniões, em 08 de abril de 1975.

a) — NILSO SQUAREZZI

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Deputado Sr. Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Bertolini Carazzai. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vasco Otávio de Andrade. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, para representar esta Casa nos festejos comemorativos ao aniversário de Maringá. — *Aprovado.*

A Mesa designa os Srs. Deputados Antonio Facci, Jorge Sato, Gabriel Manoel e Walter Pietrângelo, para representarem esta Casa, nas festividades em Maringá.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Superintendente da Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, consubstanciados em apelo no sentido de se determinar pesquisa quanto ao uso do solo e a organização de um plano diretor para a defesa do meio ambiente no Estado do Paraná. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de estender o reajuste salarial, correspondente à atualização aos novos índices do salário-mínimo recentemente decretados pelo Governo Federal. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, memorial subscrito por prefeitos e representantes dos

municípios que constituem o chamado norte pioneiro, e pelo qual se reivindica para Santo Antonio da Platina a sede de uma Delegacia Regional de Ensino. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, objetivando providências no sentido da duplicação da pista da rodovia que liga Maringá a Londrina. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, objetivando o início da construção do ginásio estadual, com 8 salas de aulas, na sede do distrito de Cafezal, Município de Iporã. — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Túrta, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Regional da Funrural, objetivando a construção de um Hospital na cidade de Palmeira — *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que, através da parte competente, providencie a conservação, das estradas que servem ao município de Ivaí. — *Aprovado.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 8, quinta feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos.
192/74 e 196/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos.
20/75 e 43/75 e dos de Lei nos. 266/73,
11/74, 170/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º
03/75 e dos Projetos de Lei n.ºs
34/74, 107/74 e 160/74.

Marcando ainda, uma Sessão para sexta feira dia 9, às 10,00 horas, com a seguinte ordem do dia:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução N.ºs
71/73, 73/73, 78/73, 6/74, 8/74, 4/75 e de Lei
nos. 234/73, 159/74 e 191/74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Senhor Primeiro Secretário:

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que esta Co-

missão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária realizada no dia sete do corrente, apreciou o Projeto de Lei nº 45/75, o qual foi encaminhado ao Diretor do Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

Curitiba, 8 de maio de 1975.

ACCIOLY NETTO — Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA
DD. Primeiro Secretário deste Poder
N/EDIFÍCIO

PORTARIA Nº 184/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

lotar, CELSO RIBERIO, ora à disposição deste Poder Legislativo, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

lotar NELSON AUGUSTO ARAUJO, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "20", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças Contabilidade e Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1975.

JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos protocolados nº 6.646/70 — de 15 de setembro de 1970 e 3.588/74 de 03 de maio de 1974,

deste Poder. Pareceres jurídicos emitidos e despacho final exarado.

R E S O L V E:

nomear ELDO GEVEZIER no cargo inicial da carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "15", do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 7 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 869/75, de 5 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 24 de fevereiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1798/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a SILVIO SEBASTIANI, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 7 de outubro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 837/75, de 4 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LIDIA MUCHINSKI, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 11 de fevereiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 232/75, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JOANA DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 13 de janeiro de 1975, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 512/75, de 22 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a EMÍLIA DE MIRANDA BECKER, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 28 de novembro de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviços públicos, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de maio de 1975.

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário